

“Maria da Fonte”: o mito popular

Fausto Carvalho

1. Da História construída à História imaginada.

Como, certamente complacentemente, afirmou Collingwood em “certo sentido, todos nós somos historiadores, actualmente”.(COLLINGWOOD,1986:14) Contudo, apesar da bonomia intelectual, tal aceção não nos qualifica particularmente a opinar enquanto académicos. Quanto muito, propomo-nos a fazer uma reflexão muito circunscrita na pluralidade e especificidade muito peculiares do conhecimento histórico. É esse o nosso atrevimento.

Novecentos anos, indubitavelmente, é muito tempo de História. História de Portugal. Não é, portanto, difícil adivinhar o desfiar dos inúmeros factos reais e de episódios com um valor épico, simbólico/mitológico. Da sua conjugação, justifica-se a existência do país, da sua gente, da sua alma, da sua identidade. A espaços, no tempo histórico, emergiram figuras mais ou menos conhecidas, criando um imaginário colectivo preenchido com uma galeria de heróis que, não raras vezes, apesar de não terem tradução na realidade, criaram um sentido do devir histórico, moldando no imaginário a “alma” da lusa nação. De forma clara, Eduardo Lourenço enfatiza que na historiografia nacional “o nosso surgimento como Estado foi do tipo traumático e desse traumatismo nunca na verdade nos levantamos até à plena assumpção da maturidade histórica prometida pelos céus e pelos séculos a esse rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer, e misteriosamente forte para ousar subsistir. Através de mitologias diversas, de historiadores ou poetas, esse acto sempre apareceu, e com razão, como da ordem injustificável, do incrível, do milagroso, num resumo de tudo isso, do providencial”. (LOURENÇO,1982:20)

O que seria de um povo, de uma nação sem o seu quinhão de imaginário, de utopia, de mitos? O que seria da França sem a Joana d’Arc? O que seria a Grã-Bretanha sem o rei Artur? O que seria de Portugal sem o mito fundador do Milagre de Ourique? Apesar da subjectividade intrínseca a quem pretende articular a dimensão da racionalidade e do imaginário, a História não teria a mesma grandeza intemporal, a mesma capacidade de estimular a nossa inteligência sem estes mitos estruturantes e fundadores. A História, enquanto faculdade explicativa, racional, factual, é investida de uma outra “cor” quando há a capacidade para incorporar aspectos de carácter mítico, filosófico ou romântico.

Ganha a narrativa uma dimensão de imprevisibilidade que nos seduz. Esse traço de humanidade não pode ser desprezado.

O aparecimento de mitos, “heróis”, de figuras emblemáticas ou de acontecimentos com carácter extraordinário constituem-se como paradigmas de ideais sociológicos, políticos e outros que se querem valorizar e enfatizar. A coexistência entre o que é a ciência, enquanto dimensão explicativa, e a mitificação de figuras ou acontecimentos não é um processo aceite de forma pacífica. Há no mito uma dimensão de ódio ou de afectividade que não se coadunam com a racionalidade própria da ciência. Os mitos, enquanto construção de uma determinada realidade, encerram um sentido poético dos acontecimentos históricos. Permitem um apelo à sedução, ao dimensionamento humano, filosófico, romântico ou irónico das personagens e dos acontecimentos. Em termos antropológicos, o mito remete para uma narrativa fabulosa, que parece escapar ao pensamento racional, seja ele teológico ou científico. Em última análise, os mitos dão um sentido à vida e perpetuam-se no tempo enquanto necessidade explicativa do mundo. Os mitos constroem uma certa mundividência apelando à nossa razão “imaginativa” e ao nosso conseqüente envolvimento emocional. O “objectivável” e o “imaginário” são, provavelmente, duas faces da mesma moeda. A grande dificuldade reside em conseguir a sua interligação, dada a nossa profunda necessidade de racionalizarmos o que sabemos e o que significa esse conhecimento. Como escreveu Fernando Pessoa o “ mito é o nada que é tudo”. (PESSOA, 1986:1146) É pois desta forma que somos induzidos à vasta rede de significações que sobre a realidade se podem construir.

Somos tentados a pensar que a racionalidade e o imaginário são passíveis de fusão e podem constituir-se como elementos colaborantes na construção do conhecimento histórico. Numa aparente tentativa de solução, José Mattoso propõe-nos, na sua obra “Identificação de um País” que a dimensão explicativa e a dimensão narrativa, ao invés de se oporem, deveriam entrelaçar-se na procura permanente de entendimento da realidade, quer ao nível das acções individuais, que ao nível das colectivas. Segundo Mattoso, os nossos questionamentos deveriam orientar-se “ especialmente para os homens concretos, a sua maneira de viver e de pensar. As instituições, as estruturas, as formas sociais e económicas (...). Mas o que mais me atrai no passado (...) é a mentalidade: como é que os homens viam o mundo e se organizavam para tentarem dominar essa realidade (...)”. (MATTOSO, 1985:19)

Por conseguinte, na história das mentalidades, é possível pensar que os mitos podem ajudar a construir uma arrojada visão da humanidade. Uma reflexão sobre a condição humana e os ciclos em que se constrói a sua história, plena de metáforas, de enigmas e interrogações. Somos levados a concluir que é inequívoca a importância dos mitos na organização social e cultural das sociedades e estes estão profundamente entranhados nos modos de pensar e de sentir das comunidades.

2. Uma mulher, símbolo de liberdade popular.

Em Portugal, os primeiros cinquenta anos do século XIX são marcados pela intensa luta entre absolutistas e liberais. A implementação do liberalismo não foi fácil. A agitação política, económica, social e militar inviabilizou as alterações políticas de fundo e a agenda liberal de transformação da sociedade portuguesa tardou em afirmar-se. Do projecto liberal, saliência para um processo tendencialmente secularizante, oposto aos usos e costumes tradicionais das populações, que foi o sepultamento, por razões de ordem higiénica, fora das Igrejas, vertido em forma de lei em 1835. Este diploma causou inúmeras resistências, em particular nos meios rurais. Esta e outras reformas administrativas punham em causa as rotinas de séculos e, rapidamente, a contestação instalou-se. Como refere Oliveira Marques, a partir de 1842, o consulado de Costa Cabral adoptou a “bandeira da ordem e desenvolvimento económico. Como tal, estabeleceu no país um regime de repressão e de violência, muitas vezes comparável ao despotismo miguelista. Mas ao contrário de D. Miguel, Costa Cabral não pretendia voltar ao passado nem às suas estruturas obsoletas; o que lhe interessava era o desenvolvimento de Portugal numa via progressiva, sobretudo nos campos das obras públicas e da administração. Muitas das suas reformas iriam por isso durar (...)”. (MARQUES, 1986:23) O ímpeto reformador foi o “pretexto para rebelião geral, a fagulha que desencadeou o incêndio, foi uma lei altamente progressiva que visava proibir os enterros nas igrejas, confinando-os aos cemitérios. O aumento nas contribuições constituiu outro motivo (...). Já em 1844 se verificara um levantamento militar que fracassou. Dois anos depois, todavia o povo rural do Minho levantou-se em armas com a participação activa de muitas mulheres. Uma delas, cognominada a Maria da Fonte, converteu-se em figura lendária, vindo a dar o seu nome a todo o movimento”. (MARQUES, 1986:24) Nesta mobilização rural “acentua-se a participação activa das mulheres, o que se compreende atendendo, por um lado, ao papel primordial feminino na família rural minhota e, por outro lado, porque estava em causa a

contestação às “leis de saúde”, sabendo-se como a ela estavam ligados os cerimoniais religiosos e fúnebres. (...) É óbvio que na sociedade urbana a mulher perdia esse lugar de destaque, remetida, portanto, para um plano mais secundário”. (RIBEIRO, 1998:231)

Mas, afinal, quem foi Maria da Fonte? A imagem transmitida é a de uma mulher. Uma mulher do povo. Não tinha uma identidade clara. Maria da Fonte é nome de mulher, mas terá realmente existido uma mulher com esse nome, ou será apenas fruto de uma lenda? Efectivamente, os seus contemporâneos distribuíram os atributos da personagem por diferentes mulheres, de diferentes lugares. Muitos defendiam que foi o nome dado a um grupo generalizado de mulheres, sem que houvesse qualquer uma a destacar-se do conjunto, outros defendiam que foi uma mulher específica. Esta personagem, de um movimento colectivo, onde as mulheres tiveram um papel preponderante nos motins de Abril e Maio de 1846, e dado que os acontecimentos iniciais terão ocorrido na freguesia de Fonte Arcada, no concelho de Póvoa de Lanhoso, daí parece ter nascido o seu nome. O sentido de todo este esforço, conduzido desde da literatura à historiografia, para a busca de um rosto, de uma figura concreta, humanizada, protagonista maior dos tumultos ocorridos, prende-se intimamente com a construção e a apropriação de uma memória. A procura e a identificação de um herói, neste caso heroína, não foi exercício de simples curiosidade histórica e cultural. A memória dos naturais de qualquer localidade foi e será sempre animada por um sentimento de pertença ou de apropriação afectiva, que radica numa espécie de auto-estima identitária e, nesta perspectiva, de uma exibição a raiar o narcisismo. As incertezas, no entanto, favoreceram a montagem do mito identitário. Maria da Fonte não era a mulher, representava antes todas as mulheres. A individualidade servia a um fim mais geral, a luta encabeçada e empreendida por mulheres. Mulheres do povo. Do povo que se insurgiu contra o poder do Estado ou, de forma mais prosaica, contra o estado da “coisa pública”. No fundo, apesar de todas as teorias explicativas, Maria da Fonte foi um amplo combate pela liberdade e pela justiça social. Maria da Fonte ficou e permanece na nossa memória colectiva como uma “mulher do campo empunhando a foice...”. (RIBEIRO, 1998: 231) “Braço no ar, foice ao ombro, por vezes pistola na mão, busto generoso moldado por um corpete justo, saia rodada e pés descalços”. (MARTINS, 2010: 79)

Maria da Fonte transformou-se num mito popular, no anátema capaz de fazer cair políticos, da insurreição popular. Criou-se uma mentalidade simbólica, que chegou até

aos nossos dias, de alguém ligado ao povo, capaz de prolongar no tempo a capacidade de afrontar o poder, independentemente da sua origem social. Como refere Mircea Eliade, seja “qual for a sua importância, o acontecimento histórico em si perdura na memória popular e a sua recordação só inspira a imaginação poética na medida em que esse acontecimento histórico se aproxima de um modelo mítico”. (ELIADE, 1978:57)

Não deixa de ser interessante, do ponto de vista da análise, que o protagonismo da História seja aqui assumido por uma mulher, facto pouco habitual na galeria de heróis, mitos ou do imaginário nacional. Maria da Fonte aparece como símbolo da liberdade, de uma liberdade, provavelmente, induzida pela Revolução Francesa. O mito libertário na ilustração traduz uma equivalência entre a mulher e a liberdade. Maria da Fonte transformou-se no arquétipo da mulher “emancipada” que vai ter a sua ocorrência na Primeira República (1910). Fica, sempre, a ideia de que se tratou de uma grande revolucionária e as estátuas espalhadas pelo país fazem crer a nossa imaginação a confundi-la com a República. Sobre a figura de Maria da Fonte é-nos traçado, num artigo de Luís Almeida Martins, um perfil reaccionário pelo carácter marcadamente conservador da sua luta contra os enterros nos cemitérios. (cf. MARTINS, 2010:79) Mas, tal facto não se posiciona como elemento pejorativo da imagem revolucionária criada em torno da sua figura.

No tempo, Maria da Fonte prevalece como símbolo. Disso são prova inúmeras evocações artísticas. Destacamos aqui a marcha popular “A Maria da Fonte ou a do Minho”, da autoria do maestro Ângelo Frondini, cujo o refrão cantava: “É avante Portugueses/É avante sem temer/Pela santa Liberdade/Triunfar ou perecer”. A marcha é recuperada e popularizada na actualidade pelo cantor português Vitorino Salomé Vieira, ou apenas Vitorino, como é conhecido. Na literatura, entre outros, Camilo Castelo Branco contou a revolta em “Maria da Fonte”. Na arte, são profusas as representações iconográficas e vão desde Rafael Bordalo Pinheiro a Roque Gameiro.

A sua luta e o movimento popular foram, claramente, instrumentalizados por todos os opositoristas ao Cabralismo. “ É que rapidamente se verifica um enquadramento político do movimento, que se acentua com a extensão da revolta. (...) o célebre padre Casimiro José Vieira assume esse lugar de comando do povo, segundo ele próprio afirma em carta à rainha, de 6 de Julho de 1846, “porque tudo se dirigia a mim pela afeição...para sacudir o jugo de ferro”. (...) A revolta alastra à província de Trás-os-

Montes e sucedem-se os motins e guerrilhas em várias zonas do País”. (RIBEIRO, 1998: 232)

Maria da Fonte constitui-se como caso cabal de um mito marcadamente popular que atravessou gerações, passando a fazer parte de uma “história alternativa” com sentido cultural de grandeza e perenidade identitárias. É amplamente aceite que a Revolução denominada “Maria da Fonte” foi uma revolução em que as mulheres tiveram um papel fundamental no decorrer da acção. A revolta contra o Governo dos Cabrais revestira-se, portanto, de um cunho “épico” que honrava os seus participantes, estimulando a natural busca de primazia ou de protagonismo heróico, em suma, a identificação de um rosto. Os Miguelistas viram a sua crença ressuscitar, na esperança de um novo “sebastianismo libertador”, de um regresso ao absolutismo. Os Cartistas livraram-se do ditador Costa Cabral que se demitiu em 20 de Maio de 1846. O Povo permaneceu desiludido com o Liberalismo, que apenas favorecia a classe nova a que ele dera origem, os “barões” da alta burguesia. Foi neste quadro de transformações da ordem estabelecida que foi possível e “nasceu” a personalização de uma figura, de uma mulher emblemática, mesmo sendo a sua identificação dúbia e pouco clara. O imaginário popular necessitava, tal como hoje necessita, destas personagens, com as quais se procurava idealizar, transformando-as em mitos intemporais.



Maria da Fonte, 1846 (reconstituição de Roque Gameiro). Imagem retirada de Ribeiro, Maria Manuela Tavares, artigo: “A nova ordem liberal (1834-1851): reformas, dificuldades e sobressaltos político-militares” in História de Portugal, (dir.) Medina, João Augusto, 1998, Volume VIII, Ediclube, página 231.



A Maria da Fonte protege a jovem República, 1911 (des. de Emmérico Nunes, postal da época). Imagem retirada de Ribeiro, Maria Manuela Tavares, artigo: “A nova ordem liberal (1834-1851): reformas, dificuldades e sobressaltos político-militares” in História de Portugal, (dir.) Medina, João Augusto, 1998, Volume VIII, Ediclube, página 234.

Referências:

- Collingwood, Robin George, 1986, 6ª edição: *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, página 14.
- Lourenço, Eduardo, 1982, «Psicanálise mítica do destino Português» in *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, página 20.
- Pessoa, Fernando, «*Mensagem*», in *Obras de Fernando Pessoa*, introdução, organização, biobibliografia e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa, vol. I, Porto: Lello & Irmão – Editores, 1986, p. 1146.
- Mattoso, José, 1985, *Identificação de um País*. Lisboa: Editorial Estampa, página 19.
- Marques, António Henrique Rodrigo de Oliveira, 1986, 3ª edição, Volume III: *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, páginas 23 e 24.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares, artigo: “*A nova ordem liberal (1834-1851): reformas, dificuldades e sobressaltos político-militares*” in *História de Portugal*, (dir.) Medina, João Augusto, 1998, Volume VIII, Ediclube, páginas 231,232 e 234.
- Martins, Almeida Martins, 2010, edição nº 910, “Mitos da História de Portugal”, in *Revista Visão*, página 79.
- Eliade, Mircea, 1978, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, página 57.